

A CRISE DO MARXISMO: UMA APRECIÇÃO DE NOVOS RUMOS

Edward B. Chilcote
Ronald H. Chilcote

Originalmente este trabalho foi apresentado na Conferência Internacional "Marxismo Hoje: Tradições e Diferenças" na Universidade de Massachussets, Amherst, EUA, 30 de novembro a 2 de dezembro de 1969. Também foi apresentado no Seminário "Crise do Marxismo e novas tendências", de CAEN na Universidade Federal do Ceará no dia 27 de julho de 1992. Nossas revisões são baseadas nas sugestões de Stephen Cullenberg, Bruce Roberts e John Roche. Edward B. Chilcote está terminando seu doutorado em economia na New School for Social Research, em Nova York. Ronald H. Chilcote é professor de ciência política e economia política na University of California, em Riverside. Este trabalho vai ser publicado in *Rethinking Marxism* em 1992.

Este texto desenvolve a problemática fundamental da crise do Marxismo e explora as origens da crise através da discussão de como o capitalismo e o socialismo têm afetado o discurso dos intelectuais de esquerda. A tese central sugere que a crise está relacionada com a estagnação do capital, o fim do auge do pós-guerra e o impasse do socialismo burocrático. Acontecimentos na França e em outros lugares em 1968 e em Portugal de 1974 a 1975 foram sinais momentâneos do problema. Todavia, a crise também está enraizada no discurso de mudança dos intelectuais e seus movimentos enquanto elaboravam

Nota: Para a Conferência Internacional "Marxismo hoje: Tradições e Diferenças" Universidade de Massachussets, Amherst 30 novembro — 2 dezembro/1989.

técnicas e metodologias para interpretar e analisar as condições em transformação no mundo real e para sugerir estratégias que assegurassem avanços. A difusão de muitas idéias pelos intelectuais também eram um reflexo dos muitos Marxismos encontrados no pensamento de Marx e seus seguidores. Na luta para resolver a crise, houve duas principais tentativas para revitalizar e renovar o Marxismo: a primeira ocorreu com a intervenção de Althusser nos anos sessenta e a segunda com os vários novos rumos surgidos nas décadas de 70 e 80. (ver tabela 1). Nosso texto identifica estes novos rumos (Pós-Marxismo, Marxismo analítico e neo-estruturalismo), e criticamente avalia suas forças e fraquezas. Concluimos com questões teóricas, metodológicas e estratégicas como uma maneira de avaliar as novas tendências e sugerir que, embora nenhuma delas resolva adequadamente o problema básico da crise do Marxismo, a crise em si mesma tem estimulado uma revisão e provocado uma abertura para a renovação do Marxismo, através de um retorno ao estudo das idéias e dos métodos de Marx, bem como um reconhecimento de que o Marxismo deve estar mais diretamente relacionado com as condições sociais em transformação.

Do conhecimento de um de nós que participou do movimento radical dos estudantes em Berkeley em torno das atividades anti-racistas de 1984-1986, extraiu-se a seguinte distinção de sua experiência. Dentro do movimento estudantil naquele tempo era possível distinguir entre a esquerda progressista e a sectária. A esquerda sectária era uma ramificação dos grupos marxista-leninistas autoritários e ideologicamente puros que no início dos anos 70 se opuseram às práticas revisionistas do partido comunista e atacaram sindicatos burocratas na esperança de despertar resistências espontâneas. Eventualmente estes grupos definharam ou juntaram-se à emergente corrente política "progressista", com raízes datando das campanhas eleitorais anti-belicistas de McCarthy e McGovern, que enfatizavam a ação legal, política eleitoral e cooperação com o Partido Democrata e política de coalizão em geral, incluindo o ressurgimento da aliança trabalhista do velho liberalismo burocrático (ver Gitlin, 1987, para a memória e reapreciação dos anos sessenta e o declínio da nova esquerda no início dos anos setenta). O discurso "progressista" tomou o lugar das orientações "revolucionárias" ou "radicais" na busca do poder político como um meio de resolver os problemas para as "massas", uma abordagem da política, e promoção de representantes mais do que estruturas diretamente democráticas: "Esta é uma reversão da perspectiva

do movimento radical no qual pequenos grupos podem agir como catalisadores, mas eles não estão buscando concentrar o poder político em suas mãos — nem mesmo como um degrau na direção de sua dispersão [com esta experiência aprende-se que] Posições atraentes de poder concentrado em práticas de confrontação contínua e diretamente democráticas levam somente à cooptação do movimento e dos melhores líderes e a manipulação de pessoas e fatos, tornando-os cúmplices na reconstrução da sua própria falta de poder e alienação.” (Nessen, 1989).

O outro de nós participou da “Mesa Redonda Socialista” em Cavtat, Jugoslávia, em outubro de 1988, que reuniu técnicos e militantes no debate sobre a natureza e a direção do socialismo. O diálogo foi representado por correntes da social democracia, lideradas pelos delegados liberais húngaros, alguns liberais socialistas europeus, e um representante americano dos Socialistas Democráticos da América; do socialismo democrático com forte influência européia, incluindo visões de representantes da Europa Oriental, da União Soviética, e reformistas dos países do Leste Europeu; do socialismo revolucionário, manifestado por representantes do terceiro mundo, e da doutrina Marxista sectária dos delegados da Alemanha Oriental. O teor deste diálogo “pluralista” foi na direção de uma política de barganhas e consensos, coalizão e acomodação, mais do que em direção à democracia participativa e à sociedade igualitária.

RAÍZES DA CRISE

Estas experiências pessoais talvez reflitam a natureza da crise do Marxismo que afeta a ambos, capitalismo e socialismo. As mudanças na economia capitalista internacional afetaram a crise, notadamente marcada pelo fim do auge do pós-guerra em 1974. Eric Hobsbawn sente que a “crise real da esquerda hoje não é que nós não entendamos a nova situação mundial tão bem quanto os outros, mas que nós não parecemos ter muito a dizer sobre o assunto” (1989:70). Ele argumenta que o mundo mudou, e que nós precisamos mudar com ele. Ele mostra que somente duas das cinco condições que historicamente têm modelado o movimento operário permanecem hoje, e proclama que a única resistência que podemos levantar contra este perigo é a coalizão de todos os democratas em torno dos partidos de massa de esquerda que ainda existem” (74). Os editores da *Monthly Review* (Maio, 1989) olham para um novo estágio do capitalismo, demonstrando que cinco condições que possibilita-

ram aos Estados Unidos atingirem a hegemonia mundial desde o final da 2.^a guerra mundial têm sido debilitadas: o estímulo de construir as economias ocidentais acabou; a taxa de crescimento na indústria automobilística declinou; o impacto das principais inovações tecnológicas evaporou-se; a corrida bélica continua a sustentar a economia americana mas tem pequeno efeito em investimentos líquidos na capacidade industrial; e o império americano afundou desde a derrota do Vietnã, um tema repetido no celebrado “best-seller” de Paul Kennedy (1987). Joyce Kolko lembra que “reestruturar a economia mundial, objetiva e subjetivamente, é uma forma de luta de classe e imperialista com vencedores e perdedores, empreendida sistematicamente pelos estados capitalistas a favor do capital contra o trabalho numa escala mundial” (1988:349).

Perry Anderson (1976) explora os caminhos do Marxismo de 1918 a 1968 — o fim da 1.^a guerra mundial até o auge depois da 2.^a guerra mundial. Ele mostra a proliferação e o delineamento de várias linhas do pensamento marxista no mundo ocidental. Em outro livro, Anderson (1983) sintetiza e captura o movimento e as nuances da teoria marxista. Ele descreve a mudança do envolvimento intelectual das orientações partidárias ou sindicais, no período inicial e durante os anos trinta, para as instituições de pesquisa e universidades nos anos cinquenta e sessenta. Esta tendência foi evidente particularmente na França e depois na Inglaterra. A defecção dos intelectuais de esquerda do discurso marxista nos Estados Unidos tem sido parte de um fenômeno cíclico que data de eventos desde a Revolução Russa, e a mudança de muitos intelectuais para a direita em direção de tendências social-democratas e neoconservadoras foi uma consequência dos expurgos estalinistas de 1934 — 1936, o surgimento do McCartismo durante o início dos anos cinquenta, e o impacto do capitalismo avançado. Alexander Bloom (1986), Terry Cooney (1986), e Alan Wald (1987) também dão uma descrição desta esquerda e seus compromissos desde os anos 30. (ver tabela 1 para as tendências da crise do marxismo).

Este modelo também foi enfatizado por Ehrenreich no seu estudo do declínio da esquerda intelectual desde o final dos anos sessenta. Ela atribui sua passividade a uma hierarquia de divergência de gerações entre velhos esquerdistas que dominavam as organizações existentes e jovens esquerdistas que são relegados a posições secundárias de participação. Embora admitindo que existe “um número de jovens intelectuais per-

TABELA 1
TENDÊNCIAS NA CRISE DO MARXISMO

	MARXISMO OCIDENTAL		MARXISMO ORIENTAL	
Principais países	Alemanha	Itália	França	Rússia
Precursos (*)	Lukacs	Gramsci	Korsch?	Lenin, Trotsky, Stalin
Influências não marxistas	Max Weber	Croce	Heidegger Lacan	Consolidação do Estalinismo
Marxistas Contemporâneos	Marcuse	Della Volpe	Sartre, Althusser	
Teoria Crítica	De Marx e seus primeiros escritos			
	Escola de Frankfurt			
	Horkheimer codificado (1937)			
Escolas	Lukacs Jameson	Baran Braverman Offe Habermas	Della Volpe Carchedi	Althusser Poulantzas Therborn Wright

(*) Pioneiros que terminaram na prisão ou exílio e cujas posições no marxismo foram deslocadas dos sindicatos e partidos políticos e transferidas para instituições e universidades.

feitamente brilhantes na esquerda”, ela também nota a academiização do marxismo e a absorção de tantos intelectuais esquerdistas na academia onde eles são menos disponíveis para discussões com não-acadêmicos esquerdistas sobre questões de teoria e estratégia. Ela exige a desmistificação do processo de produção intelectual (Ehrenreich, 1989:12-14). Outros observadores enfatizam as direções ambivalentes na nova esquerda desde 1968 (ver Flacks, 1989; Isserman, 1987; Gitlin, 1987; e Miller, 1987 para opiniões retrospectivas por pessoas envolvidas no movimento e seu declínio). Russell Jacoby (1987) tem avançado estes temas em sua acusação da academia e o declínio dos intelectuais radicais. Finalmente, James O'Connor (entrevista com Cockburn, 1989) acusa os movimentos ecológicos por terem falhado em entender o capitalismo e como ele funciona. Ele argumenta que estes movimentos permitiram um contra-ataque capitalista e que há necessidade de um marxismo ecológico que analise a crise ambiental em termos das classes sociais e suas contradições.

DILEMA DO SOCIALISMO

O dilema do socialismo foi resumido pelo economista Robert Heilbruner que exclamou que “o debate entre capitalismo e socialismo acabou: o capitalismo ganhou. A União Soviética, China e Europa do Leste nos deram a prova mais clara possível de que o capitalismo organiza os negócios materiais da humanidade mais satisfatoriamente do que o socialismo ... a grande questão agora parece ser quão rapidamente será a transformação do socialismo em capitalismo, e não o contrário” (*New Yorker*, Janeiro 23, 1989, citado por Alexandre Cockburn, “Beat the Devil,” *The Nation*, Fevereiro 20, 1989: 212).

O problema essencial na maioria dos países socialistas tem sido a incompetência burocrática e a ineficiência na produtividade e distribuição de bens (Para uma revisão útil do debate entre Alex Nove e Ernest Mandel nestas questões, e para uma alternativa entre o mercado e o planejamento burocrático, ver Diane Elson, 1988: 3 — 44).

Na sua narração sobre os intelectuais da União Soviética, Boris Kagarlitsky descreve o papel da inteligência e a penetração do Estado Russo antes e depois de 1917 e como os intelectuais geralmente foram marginalizados do sistema. Ele escreve sobre a crise depois de 1968, o desencanto com o socialismo, e a estagnação da produção intelectual e cultural, um tempo

em que “demandas por conclusões práticas e soluções realistas aumentaram, junto com o aprofundamento da crise do estatismo” (1988:310).

DILEMA DO MARXISMO

O filósofo mexicano, Enrique Dussel (a sair em breve), acredita que a disputa fundamental no debate sobre o marxismo data do tempo da publicação em 1932 dos “MANUSCRITOS Econômicos e Filosóficos de 1844” e em 1939 do GRUNDRISSE porque esses primeiros e transitórios escritos revelam o método de Marx bem como sua postura crítica mas científica em contraste com o estalinismo ortodoxo e dogmático que prevalecia naquele tempo. Os parâmetros do debate no aparente declínio do marxismo são revelados na tabela 2.

A observação de Dussel levanta a possibilidade de marxismos alternativos, uma proposição afirmada por outros escritores. Michael Harrington, por exemplo, descreve “muitos marxismos” em seu *Twilight Of Capitalism*, enquanto Immanuel Wallerstein identifica uma era utópica do marxismo dos anos 1840 a 1883; um período ortodoxo no qual o partido social democrata germânico rejeitou o utopismo de 1880 a 1920 e os bolcheviques codificaram um conjunto de idéias de 1900 a 1950; e um momento atual de “milhares de marxismos” (1986: 1295 — 1308). Rosenau dá um passo adiante: “O marxismo não tem uma visão unificada de filosofia, método, e pesquisa, separada e distinta daquela sustentada pelos não-marxistas” (1988: 424). Ela argumenta que há necessidade de entender a lógica da investigação que fundamenta a pesquisa marxista e isto deveria ser do interesse dos não-marxistas, enquanto os marxistas devem reconhecer a influência do lado não-marxista sobre eles (Anderson [1976], por exemplo, menciona a influência de Lukacs e Heidegger sobre Sartre).

Nós sugerimos três marxismos predominantes. Um é observado no trabalho de Georg Lukacs; Herbert Marcuse e a escola alemã de Frankfurt; escritores europeus do leste como Adam Schaf e Leszek Kolakowski; e o eurocomunismo. Esta forma de marxismo é considerada voluntarista e humanista, encontrada na social democracia e no socialismo democrático, e em oposição ao marxismo dogmático. Historicamente o marxismo-leninismo ortodoxo, dogmático se manifestava através do estalinismo, o partido comunista soviético, e o comitê central. Esta forma de marxismo é economicista, determinista, e freqüente-

TABELA 2
DIREÇÕES MARXISTAS

Filosofismo Crítico	Individualismo analítico	Coletivismo Materialista	Estruturalismo
-----	-----	Marx (maturidade)	-----
Marx (jovem)	-----	Lenin, Stalin	-----
Lukacs, Escola de Frankfurt	Sartre	Trotsky	Althusser
(Humanistas)			Poulantzas
(Alienação)		Cohen (Funcionalistas)	(Neo-Estruturalistas Resnick & Wolff
	Cohen		(Processo e sobredeterminação)
Laclau & Mouffe	Elster		
(Pós-marxismo)	(Individualismo metodológico)		
	Roemer	Wright	
Bowles & Gintis	(escola racional)	(Posições contraditórias)	
Habermas	Pzerworski		
(Pós-liberalismo)	(escola individual)		
	Wright		

mente denominada socialismo científico. Finalmente, uma forma revolucionária de marxismo se manifesta através de exemplos como o maoísmo (após Mao Tsé Tung) e a revolução cultural chinesa e o Guevarismo (após Ernesto Che Guevara) e a revolução cubana; isto foi evidente nos acontecimentos de Maio de 1968 em Paris e nos desdobramentos revolucionários de 1974 e 1975 em Portugal. Este marxismo repudia o revisionismo soviético, a coexistência pacífica, e a transição pacífica para o socialismo, ele é freqüentemente caracterizado de ultra esquerdista e coletivista.

Em Veneza, em novembro de 1977, Althusser proclamou a crise do marxismo que nas palavras de Gregory Elliot, que sintetizou o período althusseriano: "diz respeito a três crises sucessivas e interligadas que, individual ou coletivamente, foram de alguma maneira menores em dimensões do que a crise do marxismo propriamente dito: a crise do marxismo-leninismo que pesou mais gravemente para a esquerda francesa marxista; a crise do comunismo, induzida pelas vicissitudes e a social democracia, e que afetou o PCF (Partido Comunista Francês); e a crise do marxismo althusseriano, infectado com problemas teórico e político enquanto o maoísmo entrava em colapso, o eurocomunismo afogava e o 'socialismo existente atualmente' estagnava na segunda metade dos anos 1970 (1987: 275-276).

Anderson argüiu que a crise do marxismo foi realmente a crise do marxismo latino na França, Itália e Espanha (Anderson, 1983: 28-30): através da renúncia ao marxismo pelas gerações de esquerda velhas e novas (Lucio Colletti); ceticismo na ruptura revolucionária com o capital (Nicos Poulantzas na sua entrevista final mudou sua visão sobre o poder dualista e proclamou as virtudes do parlamento); e Michel Foucault proclamando o "fim da política" como Daniel Bell mais cedo tinha feito com a ideologia. Em 1938 Anderson escreveu sobre o declínio do marxismo nas sociedades latinas e o ascenso do marxismo no mundo da língua inglesa como "um misterioso paradoxo" (30). Um breve olhar ao que aconteceu na França e Inglaterra deve bastar.

Na França a morte de Stalin e a disputa sino-soviética levaram à rejeição do estalinismo e abriram o discurso marxista em duas direções. Se, de um lado, Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty fundaram *Les Temps Modernes* e se opuseram ao monolítico Partido Comunista Francês; seus esforços em desenvolver uma filosofia marxista aconteceram fora do partido, embora Sartre ao mesmo tempo trabalhasse dentro do partido. De outro lado, Althusser começou seu próprio ramo do marxismo

trabalhando dentro do partido, e, por conta própria, superou duas linhas da teoria marxista no começo dos anos 60: economicismo ou a versão marxista do determinismo tecnológico; e humanismo e historicismo que levaram ao socialismo utópico e ao retorno a Hegel (ver Elliott, 1987: 38 — 46 para uma discussão desta perspectiva althusseriana). Todavia, os debates e a renovação do marxismo na França finalmente levaram a um declínio: “no fim dos anos 70 a rodada anti-marxista na França foi completada, parte e parcela de um padrão recessivo generalizado no sul da Europa, cuja matriz repousa na história política contemporânea Desde 1975 a totalidade do cenário intelectual na França tinha sofrido alteração. Sob o impacto de sua própria fraqueza, uma história inclemente, mudanças filosóficas, e uma campanha ideológica orquestrada, o marxismo, um paradigma que tinha gozado de enorme prestígio desde a libertação, foi reduzido a um status marginal)” (Elliott, 1987:2). Pery Anderson confirma esta doença: “Paris hoje é a capital da reação intelectual européia” (1983: 32).

A revitalização inglesa foi estimulada pelo trabalho de Althusser que foi favoravelmente introduzido através das páginas da *New Left Review* (ver 41 [1967], 1-2, 11-14, para comentários editoriais no texto “contradição e sobre-determinação”) e pelo repúdio influente de E.P. Thompson (1978) que sistematicamente atacou o anti-humanismo, anti-historicismo, e anti-empirismo althusserianos e caracterizou sua filosofia de idealista, sua teoria social de burguesa, e sua política de estalinista. Pery Anderson (1980) oferece uma extraordinária revisão crítica e réplica a Thompson, mas seu esforço não salva Althusser. O ascenso do marxismo na Inglaterra seria revisto não somente pelo declínio de Althusser e do estruturalismo mas pelas correntes pós-marxistas na Inglaterra e nos Estados Unidos, levadas por um teórico latino-americano, Ernesto Laclau, e a retração dos intelectuais sob impacto do tatcherismo e reaganismo.

O restante do nosso texto examina dois esforços de retorno a Marx, o primeiro representado por Althusser e a ascensão, declínio e persistência de sua influência; e o segundo, em direções contemporâneas que prometem influenciar o debate sobre o marxismo até o fim do século: Pós-marxismo, marxismo analítico, e o novo marxismo estrutural. Nós identificamos e caracterizamos estes desdobramentos e sugerimos suas forças e fraquezas. Ao mesmo tempo nós reconhecemos que as direções que identificamos diferem daquelas de Alan Carling (1986: 55) que identificou três “constelações de teoria freqüentemente discerníveis dentro do largo espectro do pensamento social

progressista”: o marxismo racionalmente escolhido (similar à nossa ênfase no marxismo analítico) o qual “não é o descendente linear do althusserianismo, pois parece ter desenvolvido críticas, contra o legado althusseriano”: pós-estruturalismo como um “descendente linear de Althusser” em sua preocupação com a ideologia; teoria crítica que foi “rejuvenescida” no trabalho de Habermas.

DOIS MOMENTOS DE RETORNO A MARX

O trabalho de Althusser representa um momento significativo de retorno a Marx e o esforço de revitalizar o marxismo. Elliot estende a discussão àqueles (Geras, 1986; Callinicos, 1976; e Benton, 1984, e outros) que ofereceram uma avaliação positiva do marxismo de Althusser, e ele analisa Althusser e seu pensamento baseado numa leitura próxima e crítica de seus textos (em particular, *For Marx* [1969] e com E. Balibar, *Lendo o Capital* [1970] e sobre exame das lutas políticas e pessoais que formaram seu pensamento (incluindo sua posição ambígua sobre o Partido Comunista Francês, cujo poder e originalidade eram reconhecidos mesmo pelos seus mais determinados opositores” (1976:38). Elliot também pesquisa o período althusseriano e é feliz na sua avaliação das contribuições de Althusser para a teoria marxista. “Se as construções de Althusser foram problemáticas, a maioria de suas críticas foram pertinentes e poderosas. Elas livraram os marxistas de mais de uma prisão conceitual, restabelecendo o materialismo histórico como um programa de pesquisa” (1987:184). Elliot também menciona a compreensão de Althusser sobre o materialismo dialético como “uma epistemologia antiempíricista altamente sofisticada que propôs descontinuidades abruptas entre ciência e ideologia . . . e dentro da história da ciência . . . através da categoria de sobredeterminação”. Ele menciona outras descobertas: “a reconceitualização da estrutura de formações sociais com respeito à sua constituição complexa através da indicação da autonomia relativa para regiões política e ideologicamente irreduzíveis, a totalidade sendo governadas por uma causalidade estrutural cuja determinação em última instância, mas não domínio, era a preservação da economia; uma teoria anti-teleológica de modos de produção como combinações articuladas de relações e forças de produção . . .; e uma concepção distinta de ideologia” (1987:324-325). Finalmente, Jacques Rancière (1974) enfatizou o impacto de *Lendo o Capital* de Althusser (1970) como uma crítica da ala esquerda que defendia a necessidade e a autonomia da teoria.

Essas conclusões precisam ser comparadas com os problemas do althusserianismo: a disjunção entre seu enfoque de manutenção do capitalismo e sua insistência na possibilidade de miná-lo através da luta de classe ideológica e política; a tensão não resolvida entre funcionalismo através do aparato de estado e voluntarismo, o exagero sobre o papel e a forma de aparato ideológico do estado como se obscurecesse distinções entre o estado e a sociedade civil, a inadequação da sua história e propostas para reformar o centralismo burocrático; a cruel acusação da tradição marxista ocidental; a tipologia indissimulada do marxismo; e sua reconstrução imperfeita do materialismo histórico (Elliot, 1987: 225, 233, 311, 337). Elliot também observou que Althusser “retrocedeu dos mais originais . . . aspectos de seu projeto inicial de marxismo, e não ofereceu nenhuma alternativa de inovação comparativa e poder” (313); recorreu a “um austero anti-humanismo teórico que obscureceu a ação humana na sua priorização da necessidade estrutural” (325), e também “questionou o legado marxista e leninista e abandonou o althusserianismo, efetivamente apagando a ruptura epistemológica cuja reivindicação tinha sido objetivo do exercício althusseriano: (327).

Apesar dessas reservas, Elliot conclui que “A história do althusserianismo . . . agora podada não somente de seu élan original mas de muitas de suas pretensões e vícios, continua — para o benefício sem dúvida da cultura marxista e socialista” (1987:341). Elliot também adiciona “a continuada produtividade e vitalidade” do programa althusseriano de pesquisa, reconhecendo o mínimo de trabalhos proeminentes e autores que foram influenciados na sua pesquisa e escritos por Althusser, citando entre uma plenitude de exemplos, estudos acadêmicos por Guy Bois sobre feudalismo normando e análise do modo feudal de produção, Robert Linhart sobre reavaliações da questão camponesa e trabalho industrial sob o estado Bolchevique; Peter Schottler sobre aplicação de proposições em *Ideologia e luta de classes na França* sob a terceira República; Perry Anderson sobre estudo histórico comparativo do feudalismo e a formação do estado na Europa Ocidental e Oriental; Gareth Stedman Jones sobre a classe operária inglesa; Pierre-Philippe Rey sobre o impacto do colonialismo francês no Congo, Nicos Poulantzas sobre o estado capitalista; e Goran Therborn sobre estrutura do estado e ideologia (ver Elliott, 1978:331-335, notas 9 — 15 para identificação dos principais trabalhos, muito numerosos para citar aqui em detalhe).

Os "Pós-Marxistas"

A noção de "Pós-Marxismo" aparece na literatura teórica recente como a última de muitas "pós" formulações (por exemplo: "pós-burguesia", "pós-economicismo", "pós-materialismo", "pós-moderno", e mesmo sociedade "pós-socialista") o que implica uma transição das contradições da ordem burguesa, a luta de classe, e os dilemas do capitalismo para uma nova ordem emergente despida de ideologia e conflito. Daniel Bell anunciou esta tendência na sua defesa do "fim da ideologia" (1960), enquanto sua tese de uma "sociedade pós-industrial" (1976) analisa melhores padrões de vida e uma diminuição da distância entre classes sociais através da educação de massa, produção em massa, e maior consumo (ver Frankel, 1987, para uma crítica).

Críticas radicais dessas visões conservadoras e liberais não desanimaram alguns dos teóricos de esquerda de também se moverem além do capitalismo. O socialismo anticapitalista e utópico de Rudolf Bahro (1984) e André Gorz (1980), por exemplo, fornecem uma base em sua pesquisa para um mundo mais igualitário e democrático. Fred Block (1987) vê o estado incorporando hierarquias menos tradicionais, uma "desburocratização" pós-industrial dependente de uma renovação da participação dos cidadãos na regulação da vida social. Samuel Bowles e Herbert Gintis (1986) procuram uma síntese radical democrática na sua defesa do pós-liberalismo, e argumentam que nem o liberalismo nem o marxismo deram prioridade à democracia. Eles enfocam como a ordem social existente se desenvolve através da democracia. Seu pós-liberalismo procura a expansão dos direitos humanos através de formas tradicionais da democracia representativa e liberdade industrial embora assegure inovadora e democraticamente liberdades econômicas responsáveis. Eles vêem a democracia como um mecanismo através do qual as idéias socialistas serão atingidas sob o capitalismo. Sua filosofia política é constitucionalista no sentido de que eles não acreditam que os direitos, uma vez obtidos, irão retroceder. Becker e outros (1987) tentam mover-se além do neo-imperialismo e das explicações da dependência do subdesenvolvimento capitalista a sua conceituação de pós-imperialismo. Eles vêem o crescimento dos integrantes da classe dominante além das fronteiras nacionais, a integração de interesses nacionais diversos numa nova base internacional, e o surgimento de uma burguesia trans-

nacional como uma alternativa para um entendimento determinístico do imperialismo e da dependência ortodoxa. Finalmente, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) movem-se na direção do “terreno pós-marxista” no seu alerta para uma nova política baseada num projeto de democracia radical (ver Chilcote, 1988, para uma discussão completa dessas “pós” formas).

Laclau e Mouffe são explícitos na questão do marxismo: “não é mais possível manter a concepção de subjetividade e classe elaborada pelo marxismo, nem sua visão do curso histórico do desenvolvimento do capitalismo” (1985:4). Suas idéias abordam especialmente a crise dos intelectuais de esquerda na Europa. De um lado, há a ascensão e o declínio do estruturalismo francês um dia tão dominantemente representado no trabalho de Althusser. De outro lado, a experiência inglesa reflete a moderação de posições marxistas entre alguns intelectuais e seu afastamento de algumas posições socialistas básicas. Ralph Miliband (1985) chama-os de “os novos revisionistas” e Ellen Meiksens Wood (1986) rotula-os de “os novos verdadeiros socialistas”. Enquanto esses intelectuais diferem em muitos aspectos, eles parecem concordar que a primazia dada à classe deve ser repudiada porque, de acordo com sua visão, a classe operária nos países capitalistas faliu em cumprir as suas expectativas revolucionárias e o modelo de luta deve agora incorporar uma quantidade de interesses emanados de vários estratos, grupos e movimentos sociais. Estas idéias têm se espalhado no terceiro mundo, especialmente na América Latina onde o pós-marxismo e a renovação socialista aparecem na agenda teórica, notadamente na Argentina e no Chile (ver Chilcote, a ser publicado em breve, para um exame compreensivo dessas tendências).

As raízes do pensamento pós-marxista podem ser encontradas nos acontecimentos eurocomunistas e euro-socialistas dos anos 70 e 80. Fernando Claudin, um marxista espanhol, escreve sobre a crise econômica de superprodução, recessão, e transição democrática na Europa do Sul durante meados de 70 quando o movimento operário internacional falhou em transformar a crise capitalista em uma transição socialista. Naquele tempo, o partido comunista francês e o italiano concordaram que enquanto o socialismo se constituiria numa fase superior da democracia, pequenos e médios produtores rurais e industriais poderiam participar na construção do socialismo, eles acreditaram que a democratização do estado deveria progressivamente dar um papel ao governo local e regional, para uma pluralidade de partidos, e para a liberdade e autonomia dos sindicatos (Clou-

din, 1978-65-66). Santiago Carillo, o líder comunista espanhol, refere-se à necessidade "de democratizar o aparato capitalista de estado, desse modo adaptando-o para a construção de uma sociedade socialista" (1978:13). Ao mesmo tempo, ele nos lembra que o valor científico do termo eurocomunismo pode ser duvidoso, que não foi introduzido por comunista, mas é um exemplo de como a prática usualmente precede a teoria e de que a teoria é a generalização da prática. Nicos Poulantzas, um marxista grego que viveu muitos anos no exílio em Paris, aplicou a análise de classe à teoria estrutural do estado no seu estudo comparativo (1976) das aberturas democráticas tornadas possíveis pela crise e queda das ditaduras na Espanha, Portugal e Grécia. Em particular, o período revolucionário em Portugal durante 1974 e 1975 pode tê-lo influenciado a abandonar a posição leninista que enfatiza a dualidade de poderes de forma que trabalhadores e forças populares que construíram seu poder revolucionário com base fora do aparelho do estado podem confrontar o poder do estado; no entanto, estas forças podem ter a possibilidade de uma revolução sem sangue através da penetração e ocupação de postos-chave no aparato do estado. Jessop (1985) acredita que esta perspectiva (evidente no último trabalho de Poulantzas — ver 1978 A e B) pode ter inspirado alguns intelectuais de esquerda no início dos anos 80 a mover-se além das interpretações estruturais e a desenvolver a teoria no terreno pós-marxista. Finalmente, o trabalho de classe de Lefort (1986) contribui para o Pós-marxismo, com sua rejeição do apelo marxista para a cientificidade, sua ênfase no indeterminismo do social, e seu entusiasmo por intelectuais no meio de lutas de oposição.

Laclau e Mouffe tentam mover-se além da análise marxista naquilo que Ellen Meiksins Wood (1986: 3-4) caracterizou como sua retratação da análise de classe e sua desqualificação do projeto socialista. Eles argumentam que a classe operária não evoluiu para um movimento revolucionário; interesses econômicos de classe são relativamente autônomos da ideologia e da política; a classe operária não detém a posição fundamental no socialismo; o movimento socialista pode evoluir independente de classe; uma força política pode emergir de elementos políticos e ideológicos "populares", independente de laços de classe; os objetivos do socialismo transcendem os interesses de classe, e a luta pelo socialismo compreende uma pluralidade de resistências à desigualdade e à opressão.

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe reflete o pensamento intelectual que tem acompanhado o discurso político sobre a

social-democracia e o socialismo democrático em países onde os partidos socialistas chegaram ao poder (especialmente França e Itália, Espanha, Portugal e Grécia) desde os meados de 1970. Este discurso tem focado a transição para o socialismo, a necessidade de blocos de forças políticas de centro-esquerda para assegurar a maioria política dentro de um cenário multipartidário fragmentado, as reformas populares para mitigar demandas das classes populares (operários e camponeses), e a tolerância para promover e desenvolver as forças de produção no atual estágio do capitalismo. As realidades e pressões políticas tendem a obscurecer a retórica revolucionária de modo que termos como luta de classes, classe operária, ditadura do proletariado, e mesmo marxismo foram abandonados no diálogo da esquerda. Mouffe afirma que o surgimento dos novos movimentos sociais tem desafiado o reducionismo de classe do marxismo: “É impossível que o marxismo se recupere dos revezes que ele tem sofrido” (Mouffe, em Ross, 1988: 31). Ross vê o vasto abandono do todo e das proposições universais entre os intelectuais ocidentais: “a tradição marxista ortodoxa ... é igualmente o discurso do universal: fundado e mantido na análise da universalidade das funções sociais de classes sociais particulares, especialmente aquela do proletariado revolucionário” (Ross, 1988: XIII).

Críticos discordam destas visões. Na revisão de Hartley's (1980) de uma coleção de ensaios editados (Nelson e Grossberg, 1988) sobre marxismo e cultura, ele acredita que Laclau dá uma base para construir uma abordagem marxista viável da política, e ele vê o debate essencial sobre a questão do pensamento totalitário e a prática política levando a uma rearticulação do marxismo. Isaac afirma que o argumento de Laclau e Mouffe “representa a mais tenaz e autocrítica tentativa de articular a posição pós-marxista capaz de apreender o significado irreduzível de relações e lutas “de não-classe”, mas ele os critica em dois campos: primeiro, sua ambigüidade sobre a natureza da causalidade na vida social a qual eles “vêm apenas duas, polarizadas, possibilidades — ou uma espécie de behaviorismo marxista ou o abandono da análise científica, causal”, e, segundo, “a falta de clareza sobre e a força de sua rejeição de uma teoria totalitária de poder” (1987: 214-216). Geras, numa devastadora reaproximação do debate com Laclau e Mouffe (1987), argumenta que eles criticam o marxismo com uma antítese absurdamente rígida; distorcem importantes idéias dos pensadores marxistas; oferecem uma teoria “conceitualmente escorregadia” adaptável à qualquer orientação política, progressiva

ou reacionária, usam uma “retórica inflamada” tendendo em direção ao “obscurantismo”, e recorrem a idéias superficiais sobre democracia envolvidas no anti-marxismo (1988:35).

A contradição básica em omitir classe de uma perspectiva socialista — e o que distingue o novo pensamento do marxismo — é a visão tradicional de que a classe operária é essencial pelo seu potencial revolucionário devido à sua posição estrutural como classe que produz capital. Os pós-marxistas rejeitam a análise de relações de exploração entre capital e trabalho como central para a acumulação e reprodução do capitalismo como modo de produção. Além do mais, a ênfase na política e na ideologia como autônomas da economia diminui a atenção na economia política que tem sido o interesse dos marxistas clássicos e contemporâneos. O debate sobre a natureza do modo de produção capitalista não aparece mais como importante. Conseqüentemente, classe e luta de classes são deslocadas pela ênfase no pluralismo político, organizações políticas e interesses de grupo. A análise do estado pode acentuar as diferenças entre o bloco do poder e o povo enquanto desconhece a oposição entre capital e trabalho. Pode também haver a tendência em enfocar em uma ou em poucas instituições políticas; a segmentação das forças políticas pode limitar perspectivas para uma visão societária. Os movimentos políticos que tentam penetrar podem ser isolados; estratégias populistas desenhadas para questionar o status quo podem se tornar difusas e fracas pela separação de interesses particulares.

OS “MARXISTAS ANALÍTICOS”

Nos anos recentes uma nova tendência no discurso “marxista” emergiu. Esta tendência tem sido estimulada por intelectuais autodenominados “marxistas analíticos”. Eles também têm sido identificados por nomes como “o grupo de setembro”, “marxistas da escolha racional”, e “marxistas subjetivos”. Intelectuais como John Roemer, Jon Elster, G. A. Cohen e Erik Olin Wright formam este grupo de marxistas analíticos. Outros incluindo Adam Przeworski, Pranab Bardhan, e um número crescente de jovens intelectuais não-estabelecidos.

Este “novo marxismo” é original, semelhante ao pós-marxismo no seu esforço de transcender as formulações rígidas de marxismo, de Lenin e Stalin a Althusser, ainda se diferencia da sua ênfase na escolha racional e na sua adesão a alguns remanescentes do marxismo. Seu ponto de partida e premissas

geralmente refletem uma abordagem positivista das ciências sociais. Em particular, sua similaridade à economia neoclássica é surpreendente e seu modelo de pensamento é organizado em torno de preferências e decisões racionais. A teoria é construída a partir de princípios comportamentais ou axiomas de decisões individuais. Ele encontra suas raízes na economia subjetiva de John Hicks e Kenneth Arrow tanto quanto em Marx.

As premissas e fundamentos deste marxismo analítico são encontrados nos trabalhos de Elster e Roemer. Elster (1985) enfoca as decisões individuais e Roemer (1982) enfatiza a injusta distribuição de bens. O marxismo analítico, de modo geral, enfoca quatro áreas principais que nós discutimos na seguinte ordem: decisão racional, distribuição desigual de bens, problemas da ação coletiva, e teoria da história.

Primeiro, o sistema de pensamento que o marxismo analítico propõe, repousa na maximização da escolha individual. Indivíduos são levados a fazer escolhas racionais (interesse próprio). Elster, em particular, se preocupa com o comportamento individual. Autor de muitos livros (1985), ele sustenta o princípio de que todos os atores são racionais na formação de suas preferências. Esta abordagem, denominada metodologicamente de individualismo, sugere que todas as explicações dos fenômenos sociais podem ser reduzidas a ações de indivíduos. Elster argumenta que esta forma de explicação é superior às explicações funcionalistas, e, neste particular, ele faz exceção ao funcionalismo de Cohen (1978). Por exemplo, como é o caso de Roemer, Wright e Bardan, as ações das classes são redutíveis às ações dos indivíduos. Na verdade, Elster está tão preocupado em mostrar que metodologicamente o individualismo é a melhor premissa por onde começar a pesquisa social que, em *Making Sense of Marx* (1985), ele tenta mostrar que o próprio Marx foi um fundador da teoria da escolha racional. A análise da escolha racional é usada por todos os Marxistas Analíticos em maior ou menor escala. A interpretação de Elster da escolha racional é rígida devido à sua falta de ênfase nos fatores estruturais, os quais entram na formação das preferências. Przeworski (1985 A e 1985 B), Roemer (1982, 1988), dão mais ênfase às posições estruturalmente determinadas que influenciam os parâmetros da decisão individual. O uso da "escolha racional" por G. Cohen e Przeworski (1985 B) difere substancialmente da pura conceitualização de Elster. A teoria da história de Cohen enfatiza as forças de produção e é portanto funcional no seu cerne. A teoria baseia-se em si mesma sem nenhuma referência séria à "escolha racional". Em sua análise das

falhas da social democracia Przeworski (1985 A) enfatiza a falta de escolha como um fenômeno evolutivo determinado estruturalmente. Cohen e Przeworski são mais difíceis de situar neste novo paradigma porque seu trabalho enfoca mais os constrangimentos estruturais do que as decisões individuais. Embora eles incorporem as decisões individuais em sua análise, parece quase pós-facto. Nas proposições de ambos, Cohen e Przeworski, a escolha existe mas é estruturalmente determinada por limites externos à área da escolha individual.

Segundo, o Marxismo analítico enfoca a distribuição desigual de bens (ver especialmente Roemer, 1982, e Wright, 1985). Roemer refere-se a bens numa interpretação mais padronizada do significado de bens — que é a propriedade. Wright define bens incluindo habilidades e posições ocupacionais. A posse desigual de bens é vista como a base da exploração. Roemer argumenta que se a distribuição de bens fosse equitativa, a exploração teria um caráter muito diferente; atores não seriam forçados à submissão pela falta de bens. Bardhan (1983) também usa a conceitualização de bens de Roemer para mostrar como a exploração existe nos países menos desenvolvidos.

Problemas de ação coletiva constituem a terceira área enfatizada entre os Marxistas analíticos. Elster (1985) reitera e discute o problema do viajante livre e os problemas da ação coletiva tão freqüentemente discutidos na economia neoclássica. Przeworski também enfatiza os problemas da uniformidade mas está muito mais interessado na realidade empírica do hoje do que nas proposições filosóficas. Roemer, Bardhan e Wright, todos desenvolvem suas próprias teorias de classe. Roemer e Bardhan conceitualizam cinco posições de classe enquanto Wright considera doze posições de classe. Seguindo o exemplo de Elster e Roemer sobre o paradigma de decisões individuais, Wright no seu livro *Classes* (1985) muda de sua ênfase inicial na estrutura de classe (posições contraditórias de classe) para uma área mais subjetiva da análise de classe. Esta mudança metodológica reorienta completamente a análise de Wright relativa à questão de classes em si. Assim, apesar da tão falada adesão à problemática de classe, a análise não é mais endereçada às classes tanto quanto é acerca de problemas de ação coletiva. O enfoque central não é mais sobre as classes enquanto, originadas do processo de trabalho, mas sobre a manifestação de grupos de poder político e o poder que as classes exercem. Estas novas conceitualizações de classe são muito diferentes das noções mais ortodoxas de classe.

Finalmente, marxistas analíticos enfatizam a concepção materialista de história. Esta ênfase infringe muitos dos critérios epistemológicos que a estrutura da escolha racional adota. Na verdade, ela contraria visivelmente o padrão de rigor que eles estão tentando manter. A ênfase no conceito materialista de história opoe-se à estrutura do resto da análise e adapta-se melhor ao que denominamos de novo estruturalismo. Nos abordamos as contribuições dos "marxistas da escolha-racional" ao novo estruturalismo depois.

O marxismo analítico ou escolha-racional é uma corrente forte e que está crescendo, como Carling (1989) e Wood (1989) deixam claro. Ele é sustentado por acadêmicos respeitados nas suas áreas: Roemer e Bardhan na economia, Wright na sociologia, Przeworski na ciência política, Elster na filosofia e Cohen na história. Eles todos têm credenciais acadêmicas respeitáveis e vêm de universidades célebres. Na verdade, todos estão situados no mais alto nível em suas disciplinas. Sem dúvida estes nomes estabelecidos farão crescer o interesse pelo paradigma da escolha racional, nos próximos anos.

Esta forma de marxismo atrai os acadêmicos devido a inúmeras razões. Suas semelhanças com a economia neoclássica e a teoria positivista permitem a interação e o debate com a corrente principal das ciências sociais, que de outro modo numa perspectiva marxista mais estruturalista seria impossível. Adicionalmente, a ênfase na aplicação de estatísticas e fórmulas matemáticas é percebida como legítima e atraente para os cientistas sociais positivistas. Elster argumenta que os marxistas deveriam adaptar-se aos avanços da teoria social. Na verdade, trabalhar numa linguagem matemática e estatística cria um certo ambiente e legitimidade para postular argumentos. O marxismo da escolha racional se enquadra bem no carreirismo acadêmico. Jovens estudantes marxistas que são forçados a trabalhar com teóricos positivistas estarão aptos a encontrar refúgio no paradigma da escolha racional.

É nossa crença que o marxismo analítico tem dado importantes contribuições e continuará a fazê-lo. Em particular, a teoria de exploração de bens é uma forma muito útil de pesquisa. Ela penetra em sistemas econômicos que não são baseados em fábricas ou trabalho assalariado. Por exemplo ela é útil para entender as relações rurais como Bardhan (1983) fez e para analisar sistemas econômicos não-industriais.

Apesar das contribuições notáveis de sua tão falada adesão aos princípios marxistas, a literatura oriunda deste paradigma

da escolha racional tem sido dogmática e não aceita as concepções marxistas tradicionais ou estruturais de exploração e classe. Além disso a tradição hegeliana no marxismo, Elster afirma que ela "encoraja o pensamento preguiçoso e sua discussão" (Elster em Callimicos, 1989: 48).

Przeworski argumenta que muitos dos princípios do modelo da escolha racional são "insustentáveis" e que "numa teoria da ação individual deve entrar mais informação contextual" (1985 B: 381). Levine, Sober e Wright acreditam que o marxismo deve ter boa metodologia científica, mas que "o individualismo metodológico não é uma boa metodologia científica" (1987: 68) Na verdade, parece que os marxistas analíticos têm um grande objetivo missionário de reorientar a epistemologia marxista, abandonar os velhos princípios e premissas e converter o marxismo para a área de análise social subjetiva. Este objetivo é mais do que evidente nos trabalhos de Elster e Roemer. Elster (1985) fala de adaptar as técnicas da "moderna" ciência social. O que, logicamente, resulta numa mudança da metodologia. O interesse pela "moderna" aplicação estatística. John Roemer (1988:47), por sua vez, fala do completo abandono de todas as noções da teoria do valor do trabalho. Tão completo abandono nos força em direção ao campo estrito, estreito e subjetivo de análise da oferta e demanda. Poder-se-ia concluir que existe um dogmatismo pois o marxismo mais tradicional (que não pode se tornar sensitivo) não cabe nos limites do paradigma deles.

Contudo, no seu zelo missionário para converter o "marxismo", eles têm adaptado algumas das palavras-chave do marxismo e mudado seu sentido. Não há dúvida que isto lhes permite aparecer como se eles estivessem produzindo e se ocupando com questões associadas com o marxismo, duas palavras, exploração e classe, que têm sido rigorosamente associadas com o marxismo, têm sofrido uma mudança de sentido sob o marxismo analítico. Exploração não é mais vista como extração de uma parte do dia de trabalho do operário pelo capitalista mas como a manifestação de relações desiguais de renda. Similarmente sob o marxismo analítico, classe não caracteriza mais o processo através do qual grupos de pessoas tornam-se diferenciadas pelo processo de trabalho mas enfoca o desenvolvimento de grupos de pessoas em unidades coletivas. O que distingue uma classe de outra é simplesmente a distribuição de renda. Estes novos significados indicados como termos "marxistas" sugerem um sistema de pensamento bastante diferente.

Como nós sugerimos acima, à parte da tão falada fidelidade à problemática de classe, o sistema de pensamento está bem perto da economia neoclássica e da ciência social liberal. Roemer (1986: 199) reconhece este ponto: “as linhas traçadas entre o marxismo analítico contemporâneo e a filosofia política liberal da esquerda contemporânea são imprecisas”. Tal falta de distinção não seria importante se nós pensássemos que a ciência social liberal contemporânea fosse superior ao marxismo mais estrutural. Acreditamos que este sistema é insuficiente dos poderes explicativos que ele pretende ter.

Na verdade, o raciocínio atomístico tal qual é empregado pelos teóricos liberais e os marxistas analíticos tem um potencial explicativo limitado (ver Lebowits, 1988). O sistema de pensamento esposado por estes intelectuais enfoca o comportamento racional dos indivíduos. O indivíduo atomizado é idealizado como anterior ao todo. Este indivíduo hipotético, usado como a pedra fundamental da teoria da escolha racional, é livre de influências externas. Conseqüentemente, cada decisão que este indivíduo enfrenta é dirigida “racionalmente”. Mais freqüentemente, esta teoria da escolha racional é construída com princípios especulativos ou subjetivos sobre a natureza humana. Isto diz respeito a como os autores esperam que as pessoas se comportem sob dadas condições. Na verdade, os autores alimentam uma certa visão sobre as características humanas. Estas características humanas, que constituem os princípios básicos sobre os quais o argumento todo gira, são deixadas completamente inexploradas. A base sob a qual o argumento se fundamenta realmente é na psicologia da mente humana. Na verdade, apesar de todas as pretensões científicas do marxismo da escolha racional, ele não repousa numa base genuína para decidir conclusivamente sobre as tarefas que ele se propõe resolver (para avaliação adicional, ver Bertran, 1988, Kieve, 1988 e Smith, 1989, para crítica do uso de exploração por Roemer, Lucaks, 1988, para o ataque do “fetichismo da matemática”, e Burawoy 1989: 85, para as limitações da análise de Przeworski na qual “relações em produção, a experiência *vivida* de classe, o engana completamente”, Ellen Meiksens Wood faz a mais completa e exaustiva crítica dos marxistas analíticos os quais ela percebe convergindo com pós-marxismo, duas abordagens que “começam como um esforço de estabelecer ‘rigor’ na teoria marxista e terminam, para muitos, no repúdio geral do marxismo na teoria e na prática” (1989: 87).

OS NÉO-ESTRUTURALISTAS

As proposições sobre a natureza humana associadas com o individualismo metodológico são as que geralmente são rejeitadas pelos marxistas mais "estruturalistas". Estruturalistas têm procurado focar a potencialidade dos indivíduos mais do que sistematizar seu comportamento axiomáticamente. As pessoas são vistas como sendo boas, interessadas, e criativas mais do que "racionais" e predeterminadas. Geralmente argumenta-se que as estruturas impostas pelo "sistema" reprimem os impulsos positivos e criativos do homem. O método estruturalista enfatiza que os indivíduos não podem ser concebidos fora do todo por causa das pressões da escassez e insegurança do dia-a-dia. A multiplicidade de influências e estruturas com as quais o indivíduo se depara afetam como este indivíduo irá se comportar e tomar decisões. Em oposição à ênfase da escolha racional, os estruturalistas vêem o comportamento individual como um produto do meio que o indivíduo enfrenta.

Nossa discussão não está relacionada com os esforços passados dos intelectuais para avançar as interpretações e teorias estruturalistas e funcionalistas. O funcionalismo enfatizado pelo antropólogo Bronislaw Malinowski mantém uma tradição na ciência social dominante, no entanto provocou Szymanski (1972) a sugerir que Marx era um funcionalista e o funcionalismo deveria ser empregado em análises radicais quando interpretado dialeticamente. Godelier relacionou o estruturalismo do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss ao marxismo referindo-se à idéia de base e superestrutura e a "estruturas internas ocultas" e "funcionamento visível" do sistema capitalista (1973: 336). Na verdade há uma longa tradição do estruturalismo, de Marx a Althusser, Foucault e Lacan (ver De George e De George, eds. 1972). Gramsci, como Marx e Hegel antes dele, distingue entre estado e sociedade civil, e sua ênfase na hegemonia e outras categorias de análise influenciaram a posição estruturalista de Althusser (1971) que identificou os aparatos do estado (repressivo, ideológico, e outros) que permitem às classes dominantes dominar e explorar a classe operária; enquanto Poulantzas acreditava que as atividades do estado são determinadas por estruturas da sociedade mais do que por pessoas em posições de poder no estado (1973). Nós também não devemos nos alongar sobre o estruturalismo (denominado de centro e periferia) no trabalho, agora em grande parte fora de moda, sobre dependência, representado por Samir Amin (especialmente 1976) e ou-

tros (Chilcote, ed. 1981), nem nas implicações da teoria do sistema mundial no trabalho de Emmanuel Wallerstein (1974 e 1980). Nem devemos revisar as contribuições empíricas e teóricas da abordagem de modos de produção do período de Pierre-Philippe Rey (1973) e Hindess e Hirst (1975 e 1977) e que foram revistas por Foster-Carter (1978) e Ruccio e Simon (1986).

A principal característica do método estruturalista é que ele toma como seu objeto de investigação o "Sistema". Argumenta-se que fatos e comportamentos não podem ser considerados isoladamente. Relações e seu surgimento e persistência são a ênfase central do método estruturalista. Na verdade, aqueles que nós chamamos de "néo-estruturalistas" têm usado classe e produção como seu ponto de partida.

O néo-estruturalismo encontra suas raízes na tradição althusseriana. Esta ênfase estruturalista tem se mantido viva, nos anos recentes, em autores como Stephan Resnick e Richard Wolff. Esta tendência é elaborada por Ira Gerstein e relacionada ao poder por Jeffrey Isaac, enquanto Michael Buraway aplicou-a ao processo produtivo na sociedade capitalista. Sua atenção principal tem sido com uma aproximação totalizadora ao mesmo tempo enfocando o processo de classe antideterministicamente.

Para Wolff e Resnick a teoria de "classe" é central para o marxismo. Eles vêem a ambigüidade sobre o conceito de classe e argumentam que classe não deve ser vista como uma entidade estática mas como um processo no qual as pessoas entram. Sua definição de classe é anti-essencialista e não-reducionista. Eles argumentam que o marxismo tem sua própria e única epistemologia (a que eles se referem como sobredeterminação), na qual toda análise é consistente, não-reducionista e anti-essencial. Wolff e Resnick, como Althusser, aderem ao conceito de sobredeterminação. O conceito corporificado na palavra sobredeterminação é que nenhum fenômeno social tem uma só determinação que possa explicar completamente este fenômeno. Tudo é produto de tudo mais.

Aqueles (como Wolff e Resnick) que enxergam posições epistemológicas consistentes como essencial ao marxismo, rejeitam a análise de classe de Wright, Poulantzas e os Ehrenreichs inteiramente com base nos métodos reducionistas empregados. Eles argumentam que os indivíduos são engajados em muitas atividades e assumem muitas identidades diferentes que não deveriam e não poderiam ser definidas somente por classe. Eles também argumentam que nenhum processo é a essência de outro e que os vários processos não podem ser reduzidos uns aos outros, isto é, o processo não pode ser redu-

zido a uma classe simplesmente porque alguém está engajado em um processo ou exibe uma característica. Por exemplo, Poulantzas argumenta que as relações de classe existem no nível ideológico e político. Movendo-se além do conceito de classe puramente econômico, estes autores podem enfatizar relações interpessoais, dominações, como a determinação central da mudança social. Wolff e Resnick rejeitam esta epistemologia e dizem que o processo de classe é muito distinto de processos culturais, políticos e de gênero. Eles argumentam que a teoria de classe da mais-valia aceita que os seres humanos somente podem ser definidos pela "miríade do processo social do qual eles participam diretamente" e não os qualificando de indivíduo (Wolff e Resnick, 1987: 159). Esta conceitualização não reduz um indivíduo a uma classe ou posição na sociedade. Ao contrário, ela reconhece que os indivíduos são seres humanos que agem e comportam-se individualmente de maneira única e específica. Eles argumentam que reduzir indivíduos a classes é reduzir a um processo os muitos processos sociais que influenciam os indivíduos. A teoria de classe da mais-valia (que Wolff e Resnick apóiam) rejeita reduzir os indivíduos a determinadas classes sociais e não admitir sua totalidade como indivíduos.

Ira Gerstein também admite seu débito para com Althusser, com seu enfoque em totalidade e compromisso com a teoria social de totalidade. Ele analisa incompreensões comuns de modo de produção e pesquisa o relacionamento de modo de produção, estrutura econômica e formação social, terminologias do trabalho de Althusser e outros estruturalistas. Ele argumenta que algumas relações estruturais são necessárias para a conceitualização de modo de produção. Ele acredita que tanto "quanto nós precisamos de abrir a teoria marxista para incorporar ... outras teorias (de política, de ideologia, do cotidiano), nós devemos procurar abrir as teorias estruturalistas para permitir a incorporação da ação ... algo da teoria estruturalista ... é preciso para teorizar as coações que existem na ação individual ... mas em qualquer evento, teorias estruturalistas não podem ser eliminadas simplesmente em favor do individualismo metodológico" (Gerstein, 1989: 132).

Jeffrey Isaac também é levado pela ênfase estruturalista e argumenta a favor de uma teoria marxista realista de classe, do estado e das relações de poder e confirma que nenhuma outra tradição intelectual a não ser o marxismo possibilita tanta riqueza de análise. A análise marxista de classe possibilita um conhecimento estrutural com enfoque nas posições eco-

nômicas. Todavia, uma análise do poder de classe marxista ... não reduz todo poder ao nível das relações de produção (1987: 116) como Hindess afirma quando ele insiste em que a escolha é entre reduzir o fenômeno político e ideológico ao interesse de classe determinado economicamente ou reconhecer "a autonomia do fenômeno político e ideológico" (1987: 96). Isaac vê os novos movimentos sociais (feminismo, direitos humanos, paz, ecologia) como manifestações de antagonismos que não são antagonismos de classe mas são relacionados com relações de poder não-classistas. O Marxismo, ele acredita, deve dirigir esses antagonismos "sem reduzi-los à privação das relações de classe (1987:209). Ele acredita que uma teoria marxista crítica não deve ver a democracia como uma ilusão e deve ser baseada em um pluralismo teórico e prático" (229).

Michael Burrowoy reforça a necessidade de trazer de novo os operários para o centro da análise. Num estudo baseado em observação participante ele afirma que a classe operária industrial tem feito intervenções significativas na história e que estas intervenções irão continuar a ser forjadas pelo processo de produção. Na sua rejeição da "novíssima esquerda" ele afirma a necessidade de defender duas proposições centrais no marxismo: "o status privilegiado da classe operária, e a primazia da produção" (1985:5). Ao mesmo tempo que critica o determinismo econômico, ele defende a tese que "o processo de produção modela decisivamente o desenvolvimento das lutas da classe operária" (7). Ele acredita que o conceito de classe é importante para analisar o desenvolvimento e reprodução das sociedades contemporâneas e que "dominação racial e de gênero são modeladas pela classe na qual se está inserido mais do que as formas de dominação de classe são modeladas pelo gênero e classe". Então "qualquer tentativa de eliminar formas de dominação não-classistas deve reconhecer os limites e caráter da mudança dentro do capitalismo e do socialismo de estado, considerados como sociedades de classe" (9).

Em contraste à ênfase na epistemologia defendida por Gerstein, Wolff e Resnick, G.A. Cohen (1978) apresenta uma ênfase estruturalista diferente com suas explicações determinísticas e essencialistas de modo de produção. Cohen é o autor líder na reformulação da teoria marxista da história. Cohen apresenta o materialismo histórico de uma perspectiva funcionalista enfocando a distinção entre as forças e as relações de produção. Ele vê as forças produtivas como sendo fundamentalmente conhecimentos e habilidades tecnicamente úteis. As relações constituem aquelas instituições que efetivamente su-

portam as forças produtivas. Ele desenvolve uma ordem conceitual argumentando com a primazia das forças. O centro do empreendimento de Cohen é demonstrar que existe uma dinâmica endógena que gera mudança social ao longo de determinada trajetória.

O argumento de Cohen é problemático no sentido que ele funcionalmente explica as relações de produção pela existência das forças produtivas. Abordando a história dessa maneira, Cohen joga fora as camadas sociais e políticas que outros estruturalistas acham tão significativas. Na medida em que ele desafia a predominância epistemológica no estruturalismo e debate as questões que outros funcionalistas acham tão significativas, Cohen representa um desafio para o novo estruturalismo.

PERSPECTIVAS

Szymanski sugere que a teoria marxista do tempo de Marx e Engels até o presente período pode ser entendida em termos de interação com movimentos revolucionários e sucessivos ciclos de pensamento que variam da ortodoxia para formulações abertas e ecléticas. Ele acredita que a crise contemporânea do Marxismo deve ser entendida dentro deste contexto. Ele vê um ciclo de quatro fases: energia e confiança; formulação e reformulação da teoria revolucionária e materialista; retrocesso da teoria revolucionária e revisionismo. A presente crise desenvolveu-se a partir do surgimento do movimento de massa em 1967-1970, seguido pelo isolamento do marxismo das lutas de massa e uma orientação em direção ao reformismo e à política dominante. Ele argumenta que quando a ortodoxia prevalece, as idéias teóricas críticas também aparecem, enquanto que quando o reformismo domina, o marxismo tende a ser menos imaginativo e perspicaz: "não é acidental que muitos daqueles no ocidente que hoje são adeptos do marxismo ortodoxo tem laços com o movimento de massas autênticos dos países menos desenvolvidos. . . nos países avançados, períodos de hegemonia do marxismo revolucionário têm correspondido e presença de movimentos fortes que surgem depois de crises econômicas sérias e prolongadas e, mais do que isso, na sequência da guerra. Pode ser, então, prognosticado que a corrente predominante do marxismo aberto e reformista será revertida ou com uma depressão econômica prolongada ou com a luta armada . . . um renascimento dos movimentos revolucionários nos países avançados pode muito bem gerar inovações imaginativas

na teoria marxista do tipo daquelas que surgiram depois da Revolução Bolchevista" (Szymanski, 1985: 331).

Dadas essas diferenças e os sucessos e falhas das várias tentativas de aplicar um ou outro marxismo à situação contemporânea, o discurso intelectual tem buscado uma "nova" democracia e um "novo socialismo". O problemático para os intelectuais de esquerda é, primeiro, como conseguir a transição para uma sociedade melhor, através da democracia e do socialismo. Nos casos da Espanha, Portugal e Grécia, a transição para uma democracia representativa ocorreu na metade dos anos 70, e a retórica dos tempos sugeriu algum tipo de transição política que combinasse a queda das ditaduras tradicionais com democracia e uma ilusão da possibilidade socialista. Até agora nenhuma transição socialista verdadeira da economia política ocorreu devido aos meios de produção privados não serem todos socializados, e as classes populares não tomarem o poder com ou sem a vanguarda de um movimento operário ou partido proletário, por fim capitalismo e interesses econômicos burgueses foram decisivos para deter a maré na direção do socialismo, enquanto os novos regimes evoluem de possibilidades radicais para parlamentarismo burguês e formas sociais democráticas, e partidos políticos encobrem os movimentos populares e revolucionários. Tentativas de uma democracia participativa direta foram enfraquecidas por formas de representação indireta e formal. Uma questão essencial é se as soluções para a crise econômica e política podem ser encontradas sem uma democracia mais direta e participativa. A ascensão ao poder dos governos socialistas e sociais-democratas na França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha não significam um fim das crises nesses países; os movimentos comunistas se esfacelaram e enfraqueceram (especialmente na França e Espanha) e a esquerda intelectual caiu em desordem (especialmente na França e Inglaterra mas também em Portugal onde, devido a meio século de ditadura, a esquerda não estabeleceu raízes profundas fora do partido comunista e de uma oposição social democrata moderada).

A ascensão dos regimes comunistas desenvolveu-se ou através de uma revolução interna resultando em uma transformação radical da vida econômica, política, social e cultural (Rússia, China, Coreia do norte, Vietnã, Inglaterra, Cuba) ou foi imposta de cima pela direção soviética (Europa do Leste ou Central). Milliband nos lembra corretamente que Marx acreditou na subordinação do estado ao domínio da sociedade e do povo, que Lênin alertou contra "a deformação burocrática", e

que Stalin implementou os padrões autoritários que serviam “a uma grande burguesia estatal e pequena burguesia ... gozando de considerável poder e privilégio”. As reformas constitucionais da União Soviética, Polônia, Hungria e outras não são mais do que um prenúncio do fim “desta terrível perversão do socialismo”, ele acredita, e os socialistas vão permanecer como um grupo de pressão à esquerda da social-democracia emergente para checar os excessos da “insensibilidade burocrática dos regimes comunistas e das crueldades terríveis” perpetradas por suas burguesias fantoches (1989:55-56).

Nós precisamos também nos perguntar que tipo de democracia e socialismo se desenvolve enquanto as forças políticas burguesas insistem no processo parlamentarista e no controle dos partidos políticos. Ainda mais, se o pluralismo está baseado na escolha individual, barganha e compromisso, morrem as perspectivas de alianças e coligações dos movimentos populares fora do sistema político partidário e quais são as perspectivas para desclassificar completamente o projeto socialista? Bobbio defende o pluralismo socialista e uma maior distribuição do poder que leva à democratização da sociedade civil, que por sua vez finalmente estende e integra a democracia política. Ele afirma que democracia é “um conjunto de regras ... para a solução de conflitos sem derramamento de sangue” (1987: 156). Bobbio então tenta reconciliar a demanda por justiça social, comum aos marxistas, com as liberdades civis e políticas, essencial ao liberalismo. Ele não acredita nos argumentos, baseados em Marx e Lênin, que a abolição das diferenças de classe através da repressão da propriedade privada irá diminuir a necessidade de liberdades burguesas para o indivíduo. Ele se identifica com a tradição do pensamento socialista que descredita na solução marxista de identificar interesses individuais com interesses comuns. Ao mesmo tempo, ele admite a preocupação marxista com a responsabilidade democrática face às desigualdades de riqueza e influência e à crescente complexidade da sociedade burocrática.

Há também a questão da estratégia revolucionária, especialmente nas nações menos desenvolvidas, na transição para a democracia e no caminho rumo ao socialismo. Nós enfatizamos o papel da classe e da luta de classes na procura de uma teoria da transformação. O ponto em questão é a classe operária como agente executor da evolução. Wood apóia a visão que a classe operária tem interesses objetivos e crenças e que, como classe produtora e explorada, tem um lugar especial no capitalismo. Laclau e Mouffe, todavia, argumentam que a luta

dos operários é uma luta democrática e não de classes, ela representa uma extensão da democracia mais do que a emancipação de uma classe, eles voltam a E. Berenstein porque ele "claramente entende que avanços futuros na democratização do estado e da sociedade dependeriam de iniciativa autônoma . . . desde que a melhoria da produtividade do trabalho e o sucesso das lutas operárias estivessem tendo o efeito combinado de que os operários deixassem de ser 'proletariado' e 'se tornassem cidadão' (1987: 105). Eles enfatizam a necessidade de não atacar o aparato de estado mas de consolidar e democraticamente reformar o estado liberal e sua divisão de poderes, sufrágio universal, sistemas multipartidários, direitos civis, entre outros; a transcendência do capitalismo envolve situar o capitalismo na revolução democrática "baseada na pluralidade dos agentes sociais e de suas lutas" (106).

Qualquer que seja a forma de democracia, a estrada para o socialismo será difícil quer seja tomado o caminho desenvolvimentista ou o revolucionário. As perspectivas para uma rápida mudança na Europa Ocidental têm sido obscurecidas pelo desenvolvimento e consolidação do capitalismo de modo que o processo de construção do socialismo será incremental. No terceiro mundo, o nível das forças produtivas e os problemas aparentemente insuperáveis da dívida externa e interna, inflação, desemprego, e outros parecem sufocar o progresso na direção do socialismo e da democracia. Na revolucionária Nicarágua, por exemplo, o estado em uma sociedade em transição deve, na perspectiva de Orlando Muñoz Soto, combinar ditadura e democracia: "intransigente para aqueles que se opõem ou colocam em perigo o projeto proletário, mas democrática na implementação do projeto" (em Fagen, Decre e Corragio, 1986: 247). O êxito da transição socialista pode necessitar de um estágio intermediário, envolvendo formas indiretas de democracia representativa na esfera política e o desenvolvimento de forças capitalistas de produção na economia. Talvez alguns intelectuais tenham mascarado esta realidade com concepções pós-marxistas e marxistas analíticas como um meio de reconhecer a dificuldade de implantar o socialismo por causa da persistência do capitalismo e seu impacto universal. Wood enfatiza que ambas as tendências da história, tal como escolhas de um jogo teórico, unem acontecimentos pós-modernos em um amálgama contraditório de voluntarismo político, no qual retórica e discurso são os agentes da mudança social, e um derrotismo cínico, no qual todo programa radical de mudança está condenado ao fracasso" (1989: 88). A relutância de muitos intelectuais

tuais de esquerda em utilizar uma interpretação estrutural da sociedade também está relacionada a um esforço de evitar uma análise determinística e reducionista e a favorecer um pluralismo amplamente concebido estendendo-se além da classe operária para tantos outros movimentos sociais (tais como feminismo, ecologia e pacifismo). Uma abordagem preferível deve explicar satisfatoriamente tanto estes movimentos sociais como a classe operária.

O ponto desta discussão é que a crise do marxismo necessita de revitalização, algum pensamento novo que nos leve ao coração do pensamento marxista e seu método, e de um esforço para relacionar nossa teoria às condições reais e em desenvolvimento que estão sendo modeladas pela ordem capitalista internacional contemporânea que parece estar remodelando a ambos, capitalismo e socialismo, no seu conteúdo político e econômico.

BIBLIOGRAFIA

Althusser, Louis

1969 *For Marx*. London: Allen Lane

1971 "Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes Towards an Investigation, "pp. 127-186 in his *Lenin and Philosophy and Other Essays*, London: New Left Review and New York: Monthly Review Press.

Althusser, Louis, and Etienne Balibar

1970 *Reading Capital*. London: New Left Books.

Amin, Samir

1976 "Unequal Development : An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism". New York: *Monthly Review Press*.

Anderson, Perry

1980 *Arguments Within English Marxism*. London: Verso.

1983 *In the Tracks of Historical Materialism*. London: Verso.

Bahro, Rudolf

1984 *From Red to Green*, London: Verso.

Bardhan, Pranab

1983 *Land, Labor and Rural Poverty: Essays in Development Economics*. New York: Columbia University Press.

Becker, David G., Jeff Frieden, Sayre P. Schatz, and Richard L. Sklar

1987 *Postimperialism, Internacional Capitalism and Development in the Late Twentieth Century*, Boulder: Lynne Rienner Publishers.

Bell, Daniel

1960 *The End of Ideology*, Glencoe: Free Press.

1976 *The Coming of Post-Industrial Society*, Harmondsworth: Penguin.

- Benton, Ted
 1984 *The Rise and Fall of Structural Marxism*, London and New York: St. Martins Bertram, Christopher.
 1988 "A Critique of John Roemer's Central Theory of Exploitation", *Political Studies* 36 (March), 123-130.
- Elock, Fred
 1987 *Revising State Theory: Essays in Politics and Postindustrialism*, Philadelphia: Temple University Press.
- Bloom, Alexander
 1986 *The New York Intellectuals and their World*. Oxford: Oxford University Press.
- Bowles, Samuel and Herbert Gintis
 1986 *Democracy and Capitalism: Property, Community, and the Contradictions of Modern Social Thought*, New York: Basic Books.
- Burawoy, Michael
 1985 *The Politics of Production. Factory Regimes under Capitalism and Socialism*. London: Verso.
 1989 "Marxism without Micro-Foundations", *Socialist Review* (n.º 2), 53-86.
- Callinicos, Alex
 1976 *Althusser's Marxism*. London
 (ed.) 1989 *Marxist Theory*. Oxford and New York: Oxford University Press. Pp. 267.
- Carling, Alan
 1986 "Rational Choice Marxism", *New Left Review* 160 (November-December), 24-62.
 1988 "Liberty, Equality, Community", *New Left Review* 171 (September-October), 89-111.
 1990 "In Defense of Rational Choice: A Reply to Ellen Meiksins Wood", *New Left Review* 184 (November-December), 97-109.
- Carrillo, Santiago
 1978 *Eurocommunism and the State*. Westport, CT: Lawrence Hil and Co. Pp. 172.
- Chilcote, Ronald H.
 1988 "Capitalism and Socialist Perspectives" in the *Search for a Class Theory of the State and Democracy*. New York: Paper Presented to a conference "Comparative Politics: Research Perspectives for the Next Twenty Years", New York: City University Graduate School and Comparative Politics, September 7-9. In Dankwart Rustow and Kenneth Erickson (eds), *Comparative Political Dynamics: Global Research Perspectives*, New York: Harper and Row, 1991.
 1990 "Post-Marxism: The Retreat from Class in Latin America", *Latin American Perspectives* 17 (Spring), 3-24.

- Claudin, Fernando**
1978 *Eurocommunism and Socialism*. London: NLB.
- Cohen, Gerald Allen**
1978 *Karl Marx's Theory of History: A Defense*. Princeton: Princeton University Press, 1978. Pp. 369.
- Cooney, Terry A.**
1986 *The Rise of the New York Intellectuals: Partisan Review and its Circle*. Madison: University of Wisconsin Press. Pp. 350.
- DeGeorge, Richard T. and Fernande M. (eds)**
1972 *The Structuralists: From Marx to Lévi-Strauss*. Garden City, New York: Anchor Books.
- Dussel, Enrique**
1990 "Marx's Economic Manuscripts of 1861-63 and the Concept of Dependency", *Latin American Perspectives* 17 (Spring).
- Ehrenreich, Barbara**
1989 "Rebels without a Clue", *Zeta Magazine* 2 (March), 12-14
- Ehrenreich, Barbara and John Ehrenreich**
1977 "The Professional-Managerial Class", *Radical America*, 11 (N.º 2)
- Elliott, Gregory**
1987 *Althusser: The Detour of Theory*. London: Verso. Pp. 359
- Elson, Diane**
1988 "Market Socialism or Socialization of the Market? *New Left Review* 172 (November-December), 3-44
- Elster, Jon**
1985, *Marking Sense of Marx*. New York: Cambridge University Press.
- Flacks, Dick**
1989 "What Happened to the New Left?" *Socialist Review* N.º 1 (1989), 91-110.
- Foster-Carter, Aiden**
1978 "The Modes of Production Controversy", *New Left Review* 107 (January-February), 47-77.
- Frankel, Boris**
1987 *The Post-Industrial Utopians*, Madison: University of Wisconsin Press.
- Geras, Norman**
1986 "Althusser's Marxism: An Account and Assessment", in his *Literature of Revolution*. London.
1987 "Post-Marxism?" *New Left Review*, N.º 163 (May-June), 40-82.
1988 "Ex-Marxism without Substance: Being a Real Reply to Laclau and Mouffe", *New Left Review* 169 (May-June 1988), 34-61.
- Gerstein, Ira**
1989 "(Re) Structuring Structural Marxism", *Rethinking Marxism* 2 (Spring), 104-133

- Gitlin, Todd
1987 *The Sixties. Years of Hope. Days of Rage.* New York: Bantam.
Pp. 513.
- Godelier, Maurice
1973 "Structure and Contradiction in Capital, pp. 334-368 in Robin Blackburn (ed), *Ideology in Social Science*, New York: Vintage Books
- Goodwin, Jeff
1990 "The Limits of 'Radical Democracy', *Socialist Review* N.º 4, 131-144
- Gorz, André
1980 *Farewell to the Working Class*, London: Pluto Press.
- Hartley, George
1989 "Rearticulating Marxism", *Socialist Review* 19 (April-June 1989), 139-146.
- Hartman, Heidi
1981 "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more progressive crisis", pp. 1-42 in L. Sargent (ed), *Women and Revolution*, Boston: South End Press.
- Hindess, Barry
1978 "Classes and Politics in Marxist Theory", in Gary Littlejohn et al, *Power and the State*, London: Croom Helm.
- Hindess, Barry and Paul Q. Hirst
1975 *Pre-Capitalist Modes of Production*. London: Routledge and Kegan Paul.
1977 *Mode of Production and Social Formation: An Auto-Critique of Pre-Capitalism Modes of Production*. New York: Macmillan.
- Hobsbawn, Eric
1989 "Farewell to the Classic Labour Movement?" *New Left Review* 173, (January-February), 69-74
- Isaac, Jeffrey C.
1987 *Power and Marxist Theory: A Realist View*. Ithaca: Cornell University Press.
- Isserman, Maurice
1987 *If I Had a Hammer ...* New York: Basic Books.
- Jacoby, Russell
1987 *The Last Intellectuals: American Culture in the Age of Academe*
New York: Basic Books, 1987. pp. 290.
- Jessop, Bob
1985 *Nicos Poulantzas: Marxist Theory and Political Strategy*, London: Macmillan.
- Kagarlitsky, Boris
1988 *The Thinking Reed: Intellectuals and the Soviet State, 1917 to the Present*. London: Verso. pp. 374.
- Kieve, Ronald A.
1988 "A review of John Roemer (ed.). *Analytical Marxism*. Cambridge:

- Cambridge University Press, 1986. Pp. 313, in *Science and Society* 52 (Summer) 229-232.
- Kennedy, Paul
1987 *The Rise and Fall of the Great Powers*, New York: Random House, 1989, Vintage Books.
- Kolko, Joyce
1988 *Restructuring the World Economy*. New York: Pantheon. Review by John Bellamy Foster, "Restructuring the World Economy in a Time of Lasting Crisis," *Monthly Review* 41 (May 1989), 46-55.
- Laclau, Ernesto and Chantal Mouffe.
1985 *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, London: Verso.
1987 "Post-Marxism without Apologies," *New Left Review*, N.º 166 (November-December), 79-106.
- Lebowitz, Michael A.
1988 "Is 'Analytical Marxism' Marxism?" *Science and Society* 52 (Summer), 191-214.
- Lefort, Claude
1986 *The Political Forms of Modern Society*. Edited by John B. Thompson, Cambridge: MIT Press. Reviewed by Rajeswari Mohan in *Rethinking Marxism* 2 (Spring 1989), 141-157.
- Levine, Andrew, Elliot Sober, and Erik Olin Wright
1987 "Marxism and Methodological Individualism," *New Left Review* 162 (March-April), 67-84.
- Marable, Manning
1983 *How Capitalism Underdeveloped Black America* Boston: South End Press.
- Marx, Karl and Frederick Engels
1970 *The German Ideology*. Edited by C.J. Arthur. New York: International Publishers.
- Mayer, Thomas F.
1989 "In Defense of Analytical Marxism," *Science and Society* 53 (Winter), 416-441.
- Miller, James
1987 *Democracy is in the Streets*, New York: Simon and Schuster.
- Miliband, Ralph
1985 "The New Revisionists in Britain," *New Left Review*, No. 156 (March-April), 5-26.
1989 "Reflections on the Crisis of Communist Regimes," *New Left Review* 177 (September-October), 27-36.
- Nelson, Cary and Lawrence Grossberg (eds)
1988 *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Chicago Press. Pp. 738.

- Foulantzas, Nicos**
 1973 *Political Power and Social Classes*. London: New Left Books and Sheed and Ward.
 1976 *Crisis of the Dictatorships: Portugal, Greece, Spain*. London: NLB
 1978A *State, Power, Socialism*. London: NLB
 1978B "The State and the Transition to Socialism," *Socialist Review*, 7 (March-April), 9-36. Interview with Henri Weber.
- Przeworski, Adam**
 1985A *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press. Paper Edition, 1986.
 1985B "Marxism and Rational Choice," *Politics and Society* 14, (4), 379-409.
 1989 "Class, Production and Politics: A Reply to Burawoy," *Socialist Review* (N.º 2), 87-111.
- Resnick, Stephen, and Richard D. Wolff**
 1987 *Knowledge and Class: A Marxism Critique of Political Economy* Chicago: University of Chicago Press.
- Rey, Pierre-Philippe**
 1973 *Les alliances de classes*. Paris: Maspero.
- Roemer, John**
 1982 *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge: Harvard University Press.
 1986 (ed) *Analytical Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press.
 1988 *Free to Lose: An Introduction to Marxist Economic Philosophy*. Cambridge: Harvard University Press.
 1989 "Visions of Capitalism and Socialism," *Socialist Review* 19 (July September), 93-100.
- Ross, Andrew (ed.)**
 1988 *Universal Abandon? The Politics of Post-Modernism*. Minneapolis: University of Minnesota Press. Pp. 300.
- Ruccio, David**
 1988 "The Merchant of Venice, or Marxism in the Mathematical Mode," *Rethinking Marxism* 1 (Winter), 36-68.
- Ruccio, David and Lawrence H. Simon**
 1986 "Methodological Aspects of a Marxian Approach to Development: An Analysis of the Modes of Production School," *World Development* 14 (February), 211-222.
- Shaw, William H.**
 1978 *Marx's Theory of History*. Stanford: Stanford University Press.
- Smith, Tony**
 1989 "Roemer on Marx's Theory of Exploitation: Shortcomings of a Non-Dialectical Approach," *Science and Society* 53 (Fall), 327-340.
- Szymanski, Al**

- 1985 "Crisis and Vitalization in Marxist Theory," *Science and Society* 49 (Fall), 315-331.
- Thompson, E.P.
1978 *The Poverty of Theory and Other Essays*, London: Merlin Press Pp. 406.
- Wald, Alan M.
1987 *The New York Intellectuals: The Rise and Decline of the Anti-Stalinist Left from the 1930s to the 1980s*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Wallerstein, Immanuel
1975 "Class-Formation in the Capitalist World-Economy," *Politics and Society* 5 (3), 367-375.
1986 "Marxisms as Utopias: Evolving Ideologies," *American Journal of Sociology* 91 (May), 1295-1308.
- Wolff, Richard D. and Stephen Resnick
1986 "Power, Property, and Class," *Socialist Review* 16 (March-April), 97-124.
1987 *Economics Marxian versus Neoclassical*, Baltimore: Johns Hopkins Press.
- Wood, Ellen Meiksins
1984 "A general Framework for the Analysis of Class Structure," *Politics*
1989 "Rational Choice Marxism: Is the Game Worth the Candle?" *New Left Review* 177 (September-October), 41-88.
- Wright, Erik Olin
1978 *Class, Crisis, and the State*, London: NLB
1989 "Rational Choice Marxism: Is the Game worth the Candle?" *New and Society*, 13, N.º 4 (1984), 383-423.
1985 *Classes*, London: NLB
1988 "Exploitation, Identity, and Class Structure: A Reply to my Critics," *Critical Sociology* 15 (Spring), 91-110.
1989 "What is Analytical Marxism?" *Socialist Review* N.º 4, 35-56.

Tradução de
Mônica Dias Martins